

## Vulnerabilidade psíquica e poder. Sobre Arthur Schnitzler

Gisálio Cerqueira Filho  
Marcelo Neder Cerqueira

*A nossa perspectiva é a do aprofundamento do conceito de “insuficiência imunológica psíquica”, tal como proposto por Manoel T. Berlinck. Tomamos como referência duas obras do escritor vienense Arthur Schnitzler (1862-1931). Aurora<sup>1</sup> (1931) é cravada em dois aspectos: 1) a forma como o inesperado do destino guia o protagonista, Ten. Wilhelh Karda, e, por isso, repleta de viradas narrativas. 2) o estilo literário do autor; a obra é narrada na 3ª pessoa singular por um narrador onisciente que penetra nos pensamentos e sentimentos do personagem. Já para a segunda obra, Senhorita Else (1924), observamos: 1) como o previsível do destino impõe-se à protagonista e, por isso, sem surpresas para o leitor; todavia, incrédulo com o desfecho do conto. 2) no estilo, a obra é narrada na 1ª pessoa singular e o autor assume a identidade feminina; expondo as contradições da personagem de dentro (psiquismo) para fora (consciência). A obra de Schnitzler ainda ecoa nos dias de hoje o mal estar da modernidade/pósmodernidade. O fio condutor da trama está no autoritarismo afetivo (o afeto é político) e a análise ressalta as relações entre psicopatologia e cultura, informada, mas não subjugada, pela psicanálise e pela psicopatologia fundamental.*

**Palavras-chave:** Poder, teoria política, vulnerabilidade, psicanálise, Arthur Schnitzler

1 Os autores muito agradecem a participação de **Vinicius Neder**, hoje jornalista, que participou como estudante (Eco-UFRJ) e bolsista no referido Projeto em 2003

*OS INVULNERÁVEIS*

*Pablo Neruda*

*Tua mão em meus lábios, a segurança do teu rosto,  
o dia do mar na nave fechando um circuito  
de grande distância atravessada por aves perdidas,  
oh amor, amor meu, com que pagarei, pagaremos a espiga  
ditosa  
os ramos de glória secreta, o amor de teu beijo em meus  
beijos  
o tambor que anunciou ao inimigo minha longa vitória,  
a calada homenagem do vinho na mesa e o pão merecido  
pela honestidade de teus olhos e a utilidade de meu ofício  
indelével  
a quem pagaremos a felicidade, em que ninho de espinhos  
esperam os filhos covardes da aleivosia  
em que esquina sem sombra e sem água os ratos peludos  
do ódio  
esperam com baba e punhal a dívida que cobram ao mundo?  
Guardamos tu e eu a florida mansão que a onda estremece  
e no ar, na nave, na luz do conflito terrestre,  
a firmeza de minha alma elevou sua estrelada estrutura  
e tu defendeste a paz do racimo incitante.  
Está claro, igual aos álveos da cordilheira que trepidam  
abrindo caminho sem trégua e sem trégua cantando,  
que não dispusemos mais de armas que aquelas que a água  
dispôs  
na serenata que desce rompendo a rocha,  
e puros na intransigência da catarata inocente  
cobrimos de espuma e silêncio o covil venenoso  
sem mais interesse que a aurora e o pão  
sem mais interesse que teus olhos escuros abertos em  
minh'alma  
Oh doce, oh sombria, oh chuvosa e ensolarada paixão  
destes anos  
arqueado teu corpo de abelha em meus braços marinhos  
sentimos cair o desgosto do desmesurado, sem medo,  
como uma laranja na taça do vinho de Outono  
É agora a hora, e ontem é a hora e amanhã é a hora:  
mostremos saindo do mercado a felicidade implacável  
e deixa-me ouvir que teus passos que trazem a cesta de  
pão e perdizes  
sonham entreabrindo o espelho do tempo distante e presente  
como se levasse em vez do canastro selvático  
minha vida, tua vida, o loureiro com suas folhas agudas e o mel  
dos invulneráveis.*

A invulnerabilidade psíquica é uma fantasia desejante, sempre.

A vulnerabilidade psíquica contingente é, assim, constitutiva do humano, da subjetividade. Lidar com ela significa, pois lidar com o vazio do desejo. Todavia, quando, ultrapassando a vulnerabilidade do oco do desejo, esta se constitui no campo estruturado do excesso inscrito no absolutismo afetivo que demanda o amor do/ao censor, numa constante reificação de um padrão de obediência e submissão, ela - vulnerabilidade - transformando-se num padrão psíquico perverso inscrito nas relações sociais com visíveis efeitos no sistema imunológico humano. É o que Manoel Tosta Berlinck designa como “insuficiência imunológica psíquica”.

O presente ensaio incorpora os estudos sobre conjuntura política a partir do estudo referencial de Karl Marx sobre as formações sociais (“A ideologia alemã”, “Para a crítica da economia política” e “O 18 Brumário”) e de Sigmund. Freud sobre o inconsciente (“A interpretação dos sonhos”, “O inconsciente” e “Neuroses de transferência”).

Vamos trabalhar os conceitos chaves de “vulnerabilidade” (Eugenio Raul Zaffaroni) e “insuficiência imunológica psíquica” (Manoel Tosta Berlinck) no mapeamento de algumas psicopatologias contemporâneas como: a vanglória de mandar, individualismo fóbico, ânsia de controle, a fantasia de controle absoluto, autoritarismo afetivo, mal estar na contemporaneidade pós-moderna; todos afetos de acento “tomista”. (ideologias absolutistas que remetem a Santo Tomás de Aquino)<sup>2</sup>.

Queremos estudar uma tal vulnerabilidade, que estamos nomeando, com Manoel Tosta Berlinck, **insuficiência imunológica psíquica** numa perspectiva histórica com destaque para o fim do século XIX e início do XX (1830/1930) e os terríveis desdobramentos seja nos genocídios ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, seja no mal estar psíquico na atualidade.

Já Durkheim, em 1900, “secularizou o termo teológico anomia a fim de estigmatizar o individualismo contemporâneo no sentido pernicioso daquela expressão: um auto-centrismo que impedia as sociedades ocidentais de criar os vigorosos laços coletivos característicos das comunidades intactas”.<sup>3</sup>

Os impasses e as dificuldades contemporâneas quanto ao limite, isto é, ao interdito, resultam na vivência de um acentuado absolutismo, sobretudo de natureza afetiva. Daí dizermos que a triangulação do sujeito se resolve na fórmula de humor britânica “*I, me, myself*”. Trata-se de uma exaltação narcísica consubstanciada na vitória simbólica do “sujeito-rei”, como atesta Pierre

2 NEDER, Gislene, *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*, Rio de Janeiro:Freitas Bastos, 2000.

Legendre.<sup>4</sup> Teríamos então algo da ordem da maximização do individualismo possessivo,<sup>5</sup> que avança na direção de um individualismo calcado na intolerância mais brutal e no medo do outro que estamos designando como individualismo fóbico. A ignorância simbólica da lei,<sup>6</sup> que neste nível se coloca, não é um problema exclusivamente jurídico, mas também referida à ignorância ou degradação da figura paterna, seja por falta ou por excesso.<sup>7</sup>

O termo individualismo possessivo referiu-se originalmente a uma suposta unidade básica do pensamento político burguês inglês que transbordou para o pensamento político burguês no ocidente, especialmente durante o período que cobre os séculos XVII a XIX. Não se tratava de uma questão exclusivamente hobbesiana, embora em Thomas Hobbes ela estivesse inscrita. As próprias dificuldades do pensamento também burguês, mas liberal democrático; desde Stuart Mill, talvez viessem a ser mais bem compreendidas pela persistência e profundo enraizamento da referida suposição; o que, de fato acaba por corresponder a uma permanência de longa duração.<sup>8</sup> Para MacPherson, o modelo de uma sociedade de mercado possessivo, e nenhum outro, corresponde, no essencial, às sociedades de mercado competitivas modernas. Ainda que Hobbes não tivesse na cabeça um tal modelo plenamente construído, é nele que cada um dos postulados descritos para esse modelo encontra uma correspondência entre sociedade e mercado possessivos. A sociedade de Hobbes vê-se aí espelhada.

A nossa tese é que as intolerâncias, as guerras e os genocídios que lhe são correlatos relacionam-se com as ideologias de perfeição, idealização e perfectibilidade, tanto de natureza religiosa quanto secular. Que uma postura preciosista de perfeição, de natureza religiosa e cristã, esteja já inscrita no pensamento de Santo Agostinho e receba um complexo tratamento tanto no Direito Canônico quanto no pensamento filosófico de Santo Tomás de Aquino, talvez seja compreensível. No entanto, é bem interessante olhar para as “confissões” de

3 GAY, P. *O Século de Schinitzler: a formação da cultura da classe média*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pág. 154.

4 Jurista, historiador, filósofo e psicanalista francês que tem estudado a “função parental” do Estado.

5 Para o conceito de individualismo possessivo ver C. B. Macpherson, “*The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke*”, Oxford University Press, Londres, 1962. Tradução em português *A teoria do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

6 CERQUEIRA FILHO, Gisálio. “A ideologia do favor e a ignorância simbólica da lei”, *Imprensa Oficial*, Rio de Janeiro, 1993. Também do autor, “O (em) nome do Pai pronunciado pela mãe”, *Revista PUCCIÊNCIA*, n.3, Rio de Janeiro, jan./março de 1989.

7 CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Édipo e Excesso: reflexões sobre lei e política*. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 2002.

8 C. B. MacPherson, *Cambridge Journal*, vii. 560-8 (junho, 1954). A idéia de influência de longa duração deve-se a Fernand Braudel.

Santo Agostinho como precursoras da noção de subjetividade e indivíduo.

O empreendimento filosófico de Santo Agostinho é o de articular a filosofia neoplatônica com a fé cristã. O corpo sofre a ação da alma mas ele é incapaz de agir sobre ela. As paixões do corpo (os objetos exteriores exercem uma pressão sobre o corpo) e a ação da alma (esta é hierarquicamente superior ao corpo) formam uma dualidade peculiar no pensamento agostiniano, em especial no que se refere à sua teoria da linguagem e à relação entre palavra e verdade. Em *De Magistro* (389), no capítulo “*Disputatio de locutiones significante*”, há um diálogo, similar aos diálogos platônicos, entre Agostinho e seu filho Adeodato. A análise feita sobre a função significativa da palavra não ocorre exatamente no domínio da lingüística nem no da teoria da informação. Mas o domínio no qual se realiza a análise agostiniana da palavra é o da verdade. Santo Agostinho articula a interioridade de cada um à palavra, e à expressão de verdade; por isso, também ao registro do erro, da falha, do deslize, do equívoco, da mentira. É por referência a esse registro que podemos situar a questão do sujeito, isto é da subjetividade e da intersubjetividade. “Equivoco-me, logo sou” é uma antecipação legítima do “penso, logo existo” de Descartes. Desta maneira Jacques Lacan diz que Santo Agostinho antecipou de um milênio e meio o que há de mais agudo no pensamento moderno sobre a linguagem. É no rastro do mal-entendido que explode a centelha da verdade.

Entretanto, isto não anula nem a perspectiva de perfeição em Santo Agostinho nem o redimensionamento desta com a introdução da confissão auricular (século XIII) e mesmo a atualização que o tomismo fará posteriormente do agostinianismo.

O fato é que as atuais ideologias seculares da perfeição (redimensionadas na pósmodernidade) forjam o que Manoel Tosta Berlinck denomina de “insuficiência imunológica psíquica”<sup>9</sup> diante do poder e da autoridade, sobretudo quando investidos de efeito mortífero e genocida.

A insuficiência imunológica psíquica de cada um nos deixaria vulneráveis diante da onipotência de um poder que se realiza no absolutismo afetivo e no totalitarismo da ação política. A indagação apropriada e a resistência eficaz residiriam menos no conhecimento do caráter mortífero deste poder e mais na compreensão de uma tal vulnerabilidade, construída em parceria com o individualismo fóbico. Isto implicaria na construção de redes efetivas de solidariedade, acolhimento e na busca de alternativas para a construção de uma explícita suficiência imunológica psíquica.<sup>10</sup>

9 Este conceito, muito interessante, é desenvolvido por Manoel Tosta Berlinck no artigo “*La Insuficiencia inmunológica psíquica*”, apresentado no seminário preparatório ocorrido em Buenos Ayres dos “Estados Gerais da Psicanálise”, novembro, 2002. Originalmente publicado no *Boletim de Novidades da Livraria Pulsional*, São Paulo, 10 (103): 5-14, 1997 e em *Psicopatologia fundamental*, São Paulo, Editora Escuta, 2000.

Os benefícios esperados deste projeto se relacionam obviamente ao fortalecimento da identidade, da subjetividade, e da redução da vulnerabilidade psíquica inscrita no social. Do ponto de vista metodológico estaremos dando continuidade à nossa proposta indiciária, assim denominada por Carlo Gizburg, e desenvolvida no livro “Emoção e Política”, Sérgio Fabris, Porto Alegre, 2000; que incorpora os estudos de J.A. Guilhaon Albuquerque em “Instituição e Poder”, Graal, Rio de Janeiro, 1980.

Temos trabalhado tanto com o conceito de ideologia quanto o de hegemonia a partir de um *approach* lacaniano no âmbito da teoria política, o que significa incorporar as relações entre o real, o simbólico e o imaginário nos planos e níveis de análise.

Entendemos por planos de análise as práticas, as instituições e as formações sociais. Já os níveis de análise estão sendo percebidos como nível econômico, político e simbólico. Que fique bem claro: planos e níveis aqui tipificados são sempre lugares de análise, o que exige a construção do objeto teórico a partir de uma rede de construtos interligados entre si. Níveis e planos de análise não devem, pois, ser confundidos com lugares de realidade. A partir de múltiplos e flexíveis cruzamentos entre níveis e planos de análise, podemos estudar os efeitos de reconhecimento, conhecimento e desconhecimento propiciados pela ideologia.

6 Pretendemos incorporar a noção de contingência, a partir de uma reflexão que traz para o debate os recentes escritos do filósofo esloveno Slavoj Žižek. A contingência é um fato imprevisível ou fortuito (sintoma, indício), sinal do inesperado que desliza e irrompe contra toda forma de controle. Na escolástica, o aleatório ou o casual da contingência, sobretudo quando considerada isoladamente, torna-se cativo da necessidade ou inevitabilidade ao ser relacionada às causas que lhe deram origem. Já em Spinoza o eventual só o é na aparência e em face de alguma limitação do conhecimento humano na compreensão de sua origem causal. Por isso, tanto a escolástica, quanto o *spinozismo* põem o desejo, ainda que por mais arbitrário, nos trilhos da necessidade. Até mesmo as diversas variações do marxismo acabaram por abraçar está idéia do desejo como necessidade cifrada, embora passível de explicação, ainda que *a posteriori* (Antonio Gramsci).

A ruptura entre desejo e necessidade só se realizará a partir de Freud e será retomada por Jacques Lacan. Como sugere Lacan, a experiência humana desenvolve-se em três registros que se entrelaçam inextricavelmente. O imaginário, que configura o conjunto de imagens ideais ou fantasias (fantasmas) que guiam tanto o desenvolvimento da personalidade humana quanto a relação com

10 Nesta direção direção ver FREUD, S., “Neuroses de transferência: uma síntese” (manuscrito recém-descoberto), org. notas e ensaio complementar de Ilse Gumblich-Simitis, Imago, Rio de Janeiro, 1987; além do ensaio de Manoel T. Berlinck anteriormente citado.

o ambiente em que está imerso. O simbólico, que é o domínio próprio da organização estrutural da vida em sociedade. Como a sociedade e cultura estão vinculadas à linguagem, a ordem simbólica será constituída por uma conjunto de significantes devidadamente relacionados e estruturados. Já o real que, enquanto registro conceitual, não deve ser confundido com a realidade, é definido por negatividade. O real é, em última instância, aquilo que não pode ser formalizado por uma imagem nem representado plenamente por um significante.

Uma outra diferenciação pode nos ajudar no que concerne à relação entre simbólico e imaginário. Trata-se da distinção entre sintoma e *sinthomen*. O sintoma não é apenas uma mensagem cifrada aberta a um leque de significados múltiplos, que se repete, inscrita no simbólico; ele é um meio muito especial do sujeito organizar o seu gozo (*jouissance*). O sintoma converte-se em *sinthomen* sempre e quando o pedaço da fantasia na qual o gozo é reeditado responde à demanda constante do “pedaço do real” em que o desejo fica preso. Nesse sentido, o desejo é a manifestação pura de um vazio, de uma certa negatividade, que avança sobre os objetos nomeados pela linguagem, passa por eles, mas não se satisfaz com nenhum. A expressão *sinthomen*, criada por Lacan, é um neologismo que, na língua francesa, é capaz de englobar diversas associações: a síntese entre sintoma e fantasia, o homem santo, o homem artificial, o santo homem, Santo Tomás (de Aquino e, portanto o tomismo), o homem sintético, o super-homem. Entretanto, o sintoma, enquanto *sinthomen*, é um significante de estatuto único, particular. Talvez pudéssemos dizer, da mesma ordem que os “representantes da representação” (*Vorstellungs-Repräsentanz*), de acordo com o discurso freudiano, referindo-se basicamente às condensações metafóricas e deslocamentos metonímicos; de fato, são representações de estatuto único, particular. O *sinthomen* é, pois um “significante” perpassado pelo gozo, na medida exata em que sustenta o “goza-osentido” (*joui-sens*). Daí, no limite, quando o sintoma converte-se em *sinthomen*, o fato tão comum do sujeito não estar disposto a renunciar ao seu sintoma. Radicalmente convertido em *sinthomen*, o sintoma é, literalmente, o único ponto que dá consistência ao sujeito. Quando o sintoma nesta concepção limite se desfaz isto significa o ato de se levar deixar pela pulsão de morte até a destruição total do universo simbólico.

Estamos sustentando a hipótese do pensamento tomista ser, nas sociedades burguesas, uma proposta político-ideológica capaz de combinar autoritarismo, absolutismo afetivo, intolerância (todos aspectos de longa permanência histórica), com demandas contingentes nesta mesma sociedade que acabam por frear o avanço tanto do pensamento liberal, sobretudo no seu viés radical, quanto de muitas e variadas pospostas de transformação social alternativa e efetiva.

Assim, queremos discutir o sentimento de intolerância política presente na contemporaneidade e suas injunções com um registro do gozo (*jouissance*) no

sentido psicanalítico. Queremos indagar sobre o sintoma do individualismo, da intolerância e do absolutismo afetivo enquanto indícios cravados no pensamento político tomista e nas suas permanências de longa duração, sobretudo no pensamento político hegemônico no Ocidente. Abrimos uma fresta inclusive para pensarmos com Slavoj Žižek o que ele denomina “racismo reflexivo”: o racismo que assume a forma de rejeitar o outro como racista, intolerante, etc.

Mesmo em se tratando de permanências de longa duração, no caso da ideologia, considerar a contingência significa implicar na investigação a análise concreta de situações históricas concretas. Disto depende a possibilidade de e tornar visível a natureza mesma da contingência presente em qualquer processo histórico de construção social. A outra questão crucial é de natureza psicanalítica e, portanto, mais existencial: o que conta para o poder hegemônico o fato da ideologia constituir-se num movimento de captura (interpelação e constituição) do sujeito. É o que estamos designando por “a pegada da ideologia”, necessariamente implicada num registro de gozo, mesmo quando cravada, por exemplo, na intolerância. Assim, a ideologia se pega, se agarra, se gruda, se rende, quando floresce e adquire vida na plenitude da indeterminação da contingência mais imprevisível que é aquela inscrita no desejo mais arbitrário e imprevisível.

Queremos sustentar nos textos que vamos analisar - “Aurora” e Senhorita Else”, ambos de autoria de Arthur Schnitzler - que o dramaturgo e escritor neles realiza o que Hegel um dia designou como “negação da negação”. O filósofo foi o primeiro a observar que a negação é parte integrante da afirmação da positividade, dando validade, pois à afirmação de Spinoza (*ominis determinatio est negatio*); assim toda “superação” é inseparável da “preservação”. Nas palavras de Hegel:

“Desse lado negativo, o imediato submergiu-se no outro, mas o Outro não é, essencialmente, a negativa vazia ou Nada que é considerado habitualmente o resultado da dialética. É o Outro do primeiro, a negativa do imediato; é assim determinado como mediado e contém a determinação do primeiro. O primeiro é, dessa forma, essencialmente contido e preservado no Outro.”<sup>11</sup>

Nessa mesma perspectiva, Marx se refere à apropriação capitalista, resultado do modo de produção capitalista, que de certo modo nega a propriedade individual baseada no trabalho do proprietário. Aqui a negação da negação consiste no fato de que se a produção capitalista não restaura a propriedade privada para o produtor, permite-lhe, todavia, a propriedade individual baseada nas aquisições da era capitalista, isto é, na cooperação e na posse em comum da terra e dos meios de produção.<sup>12</sup>

Já a lógica da “negação da negação” pode ser observada, no seu

11 *Dicionário do Pensamento Marxista, op. cit.*



funcionamento, nas relações entre dor de cabeça & enxaqueca e sexo.<sup>13</sup> Bem antes do movimento feminista, muitas mulheres justificam não fazer sexo com seus maridos dizendo “estou com dor de cabeça...” Em função das lutas das mulheres e da crescente busca pelos seus direitos, inclusive sexuais, revelou-se então um comportamento sexual mais ativo, ao invés de meramente passivo. Então assustado com a postura reivindicativa das mulheres, muitos homens acabam lançando mão do recurso anterior para não fazer sexo: diziam “hoje não, pois estou com dor de cabeça...” Finalmente, a “negação da negação” se apresentava com sua contundência quando diante do novo quadro as mulheres passaram a reivindicar “fazer sexo agora, pois estou com dor de cabeça; pode ser que boa trepada me traga algum conforto...”

Assim, o que falta neste momento histórico singular é buscar a “negação da negação” que nos fará avançar politicamente.

Gostaríamos de observar ainda, a partir de um caso clínico relatado por Manoel Tosta Berlinck e outros como, no Brasil, se realiza o que denominamos mestiçagem ou, melhor, miscigenação contra o pano de fundo inscrito historicamente num “ideal de pureza” europeu.<sup>14</sup> O caso em questão refere-se à clínica psicanalítica propiciada a partir da busca de um jovem “poliglota” e que trabalhava como vendedor na cidade de São Paulo (agitado, inquieto, angustiado e insone), que costumava intercalar suas falas com expressões e palavras de idiomas diferentes: inglês, francês, espanhol, grego, alemão russo, iídiche, japonês, latim, tupi-guarani, yourubá e evidentemente o português.

Compunha na prática uma outra língua. A partir de uma certa escuta os autores referem-se a uma diversidade de etnias, culturas, comidas, pontos de vista, paradigmas com relação ao conhecimento, etc. A miscigenação não é exatamente o equivalente a casamento inter-étnico, embora este esteja contido naquela. Na verdade, falar em miscigenação é falar na relação “de ou entre” diferenças. É também falar num suposto padrão de natureza pura (pureza) que está presente, sobretudo quando se fala em miscigenação por mistura. Nesta perspectiva podemos falar em dois tipos de miscigenação: por mistura ou por justaposição.

Na miscigenação por mistura há um pressuposto de maior ou menor pureza. Já na miscigenação por justaposição temos uma unidade fraturada, pois justaposta, mas que preserva as partes e exige a imaginação político sociológica na composição do quebra-cabeças em forma de um mosaico. O importante é que

12 Ver MARX, K., *O Capital*, vol.1, cap. XXIV, 7.

13 Ver ZIZEK. “*El espinoso sujeto: el centro ausente de la ontologia politica*”, Paidós, Buenos Ayres, 2001.

14 BERLINCK, Manoel Tosta, KOLTAI, Caterina e CANONGIA, Ana Irene. Esquizofrenia e miscigenação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. IV, no. 4, dezembro de 2001, p. 11-29.

se preservem, na compreensão prática do mundo, as partes, a relação entre elas, inclusive o conflito eventualmente existente e que ele possa ser lido, reinterpretado e posto em perspectiva.

A ânsia de controle e a fantasia de controle absoluto *vis-a-vis* o incontrolável do desejo estão, pois, inscritos numa certa configuração do “eu ideal” contra o pano de fundo do “ideal do eu”, ambos os conceitos reforçados mutuamente pela ideologia tomista inscrita no pensamento burguês.

Esta é a problemática central que queremos surpreender nos Romances “Aurora” e “Senhorita Else” de Arthur Schnitzler.

Não à toa a novela “Aurora” (*Spiel im Morgengrauen*) ganhou uma versão cinematográfica norte-americana em 1931 (aliás, ano da morte do autor). A obra citada é um prato cheio para um roteiro bem ao estilo dos melhores filmes de Hollywood. Repleta de viradas narrativas totalmente inesperadas e bem trabalhadas, a novela prende a atenção do leitor do início ao fim.

O bom uso de inúmeras viradas na narrativa dá certo, basicamente, por dois motivos: 1) pela forma como o imprevisto guia a narrativa, ou melhor, guia as ações do protagonista, o tenente Wilhelm Kasda; 2) pelo estilo de narrativa adotada por Schnitzler.

Em relação ao segundo motivo, podemos nos deter um pouco mais. Toda a estória de Aurora é narrada em terceira pessoa, com um narrador onisciente. Mas isto não impede que a narrativa tenha uma profundidade psicológica muito densa (esta profundidade é, inclusive, uma das marcas de Schnitzler como escritor). Este narrador onisciente penetra nos pensamentos do tenente Kasda, expondo-nos sua personalidade de homem viciado em jogo (personalidade conhecida por Schnitzler por experiência prática, uma vez que ele mesmo era dado ao jogo) e à procura de galanteios femininos.

Além disto, o narrador nos conduz, enquanto leitores, de forma tão incerta e inesperada quanto o destino do tenente Kasda na estória contada. O imponderável da história encontra aqui um equivalente no imponderável do desejo.

Ao expor ao máximo o que passa pela cabeça de seu protagonista, Schnitzler “esconde” quais serão os próximos passos da narrativa, sempre misturando o que poderia acontecer ou o que o tenente Kasda gostaria que acontecesse, com os fatos narrativos reais.

A maneira como Kasda (ou Willi, como muitas vezes o narrador se refere ao tenente, numa espécie de “intimidade” entre ele e seu protagonista) se deixa levar pelo destino, no melhor estilo “deixa a vida me levar”, demora a se demonstrar para o leitor como um sinal de fraqueza do tenente. Mas de fato é disto que se trata a relação de Willi com seu destino. A perspectiva de que este estilo “deixar a vida me levar” venha a ser uma fraqueza suscita de imediato a relação do desejo com o controle embutido na “potência da vontade”.

Willi sai de seus aposentos na caserna onde vive, ainda pela manhã, decidido a aproveitar seu domingo de folga de tais e tais maneiras. Na verdade, é interessante refletirmos como a estória seria dramaticamente (literalmente) desinteressante se de fato os acontecimentos se sucedessem qual previa o tenente. Pois a primeira virada narrativa colocada por Schnitzler (o pedido do ex-tenente Otto Bogner para que Willi o ajudasse a quitar uma dívida) nos parece, a princípio, corriqueira. Mais do que uma virada narrativa, o problema de Bogner nada mais seria do que o “problema” da estória, o objetivo dramático do tenente.

De início, o desespero e a baixa auto-estima de Bogner se opõem à decisão e ao autocontrole de Willi. É a partir desta comparação entre as personagens que o leitor começa a ter uma visão da personalidade do protagonista que será radicalmente mudada durante a narrativa. O tenente Kasda, de cima de sua posição de militar decidido, muda ligeiramente seus planos para o domingo, na tentativa de ajudar seu amigo.

Ele decide, então, incluir em sua programação dominical um ligeiro jogo de cartas, onde poderia sem muita dificuldade conseguir a soma de dinheiro de que precisava Bogner. Willi acha totalmente plausível ganhar tal soma com o jogo. Para tal, basta ter o autocontrole que deve ter um militar (mas não só o militar!) e saber jogar, coisa que um homem como ele de fato saberia. Pois até certo ponto da novela, nós, leitores, estamos tão seguros de que Willi conseguirá a soma para seu amigo quanto o narrador. O sucesso de Willi no jogo parece corroborar o famoso ditado “azar no amor, sorte no jogo” (ou vice-versa). De fato, Schnitzler introduz o ditado nas palavras de seu protagonista, no momento em que este decide jogar para ajudar Bogner.

Depois do relativo insucesso da visita de Willi para o almoço na casa da família Kessner, já que ele não conseguiu facilmente cair nas graças da Srta. Kessner, fica claro para o leitor que o destino do tenente no jogo já estava escrito. Afinal, “azar no amor, sorte no jogo”. Pois estas armadilhas dramáticas são um dos grandes responsáveis pela facilidade com que a novela prende a atenção do leitor. Quando, devido a uma armadilha (desta vez) do acaso, provocada, quem diria, pelos encantos da Srta. Kessner, Kasda retorna a mesa de jogo e começa a ver sua sorte ruir, começamos a entender melhor a psique do protagonista. Assim, descobre-se que o autocontrole do tenente é muito menor do que seu vício e obsessão pelo jogo. Embriagado pela vontade de ganhar cada vez mais, ele perde a razão e se endivida de maneira inimaginável para ele e para nós, leitores. Não é o que acontece, quando na política, o imaginário comanda a ação?

Na verdade, a novela de Schnitzler é sobre isto: as armadilhas da história e o autocontrole, ou seja, o absolutismo afetivo. Num momento histórico em que o individualismo burguês, junto com o capitalismo de mercado, consolida-se

enquanto paradigma cultural e que as descobertas de Freud (principalmente acerca do inconsciente) influenciam tal paradigma, nada mais atual do que esta temática numa novela. Pois Schnitzler é magistral ao fazer um retrato desta conjuntura.

O autocontrole do tenente Kasda, inicialmente propalado pelo próprio e uma convicção quase certa do narrador, cai por terra. Cai por terra não apenas por ele ser um fraco, indigno da farda e espada que portava (como, de certa maneira, o narrador, mencionando as opiniões do tenente, descreve o ex-tenente Bogner, até como um recurso narrativo de construção do protagonista em oposição a outra personagem); mas por ele ser impelido por seus desejos mais banais. Aqui o confronto entre desejo e necessidade se torna dramático como um dos itens mais significativos da ação política, individual ou coletiva.

Inicialmente na estória, Kasda se demonstrava modesto em relação a seus desejos (desejos ao alcance da mão; que impede a frustração e oblitera o oco do desejo) – uma sauna e um bom almoço junto à família Kessner – ; mas não sem se lamentar de suas condições financeiras. Quando começa a ganhar no jogo, ele vê que, além de ajudar a salvar seu amigo Bogner, pode realizar alguns de seus desejos, como o de pagar um bom jantar para uma “doce moça” (personagem clássica e padrão de Schnitzler). Ainda comedido em relação aos seus próprios desejos, o autocontrolado tenente Kasda pára de jogar depois de atingir determinada meta. Mas o interessante é que ele não pára de jogar porque chega, conscientemente, à conclusão de que já é capaz de satisfazer a seus desejos. Ele interrompe o jogo para satisfazer um desejo ainda maior – o de voltar para a residência dos Kessner a fim de passar também o jantar na companhia da adorável Srta. Kessner. Aqui o inalcançável do desejo acaba por se revelar de forma definitiva.

Outra armadilha do destino impede Kasda de rever os Kessner – trata-se de um clássico desencontro. Que fazer então? A ele só resta a hipótese de voltar à mesa de jogo. Para ganhar mais um pouco talvez, mas sempre com um autocontrole, desta vez imposto pela hora do trem. Assim, quando Kasda mais uma vez volta a parar de jogar, novamente não o faz devido a seu extremo autocontrole, mas sim a uma imposição circunstancial – o horário do trem. Nova armadilha da história (um encontro inesperado com os Kessner) faz com que Willi volte à mesa do jogo. O personagem não assume, de fato, as suas responsabilidades em relação às suas ações.

Só então que a satisfação de seus desejos será a verdadeira barreira que o tirará do jogo. E este é, na verdade, o problema central da narrativa. De fato, Willi não é capaz de controlar seus desejos. Ou melhor, à medida que vai acumulando mais dinheiro na mesa de jogo, ele vai ampliando o escopo de seus desejos. E, quando perde, parece ignorar que inicialmente ele não tinha nada e estava longe de realizar aqueles desejos. Assim, ele não se conforma sequer em voltar ao seu

*status quo* inicial, tentando inutilmente voltar a ganhar a soma que perdera – o que vai levar ao endividamento antes impensável.

Além de saber se comportar frente às viradas do destino, o problema central de Willi – não confundir com o “problema” da narrativa, ou *agon* – parece ser não conseguir lidar com seus desejos ou mesmo mapeá-los e reconhece-los. O que no início da estória parecia ser uma das maiores características do protagonista – seu autocontrole – na verdade é sua maior fraqueza. A ambivalência dos sentimentos (pensada dialeticamente pelo autor) é então vivida como fraqueza que se demonstra ainda mais profunda, na forma de uma vulnerabilidade que podemos nomear psíquica. Tal vulnerabilidade psíquica impede que Willi se controle minimamente e se proteja diante de armadilhas do destino e diante de vícios como o jogo.

A coerência crítica de Schnitzler é impressionante.

A novela “Senhorita Else” pode ser entendida como a imagem invertida de “Aurora”. Nesta inversão, afirma-se uma mesma forma autoritária e absolutista de lidar afetivamente (nosso objeto em questão) bem característica da construção do mundo ocidental. Nesta oposição rompemos também, pois, com a própria oposição. Podemos compreender este processo sinteticamente através de dois aspectos: o primeiro é a narrativa, o segundo, a personagem.

Diferentemente da novela “Aurora”, “Senhorita Else” assume a narrativa em primeira pessoa. Se em “Aurora” foram os imprevistos, as reviravoltas e o inesperado do destino os efeitos que mais representaram a sua narrativa “distante”, sem sabermos nunca o que vai acontecer (como se o narrador nos enganasse a todo o momento), em “Senhorita Else” vai ser o óbvio, bem como a fatalidade dos acontecimentos que trará o significado da “proximidade” da sua narrativa (como se o tempo todo nós soubéssemos o que vai acontecer). Ambos efeitos literários traduzem uma mesma sensação e uma mesma relação obra / leitor. A distância narrativa de Aurora nos credita a confiança ao narrador, incentivada ainda mais pela sua aparente intimidade com a personagem. Em Aurora somos conduzidos a esta busca de proximidade e confiança, e assim, criamos as nossas certezas, o nosso chão e nos entregamos descompromissadamente na personagem, na construção da sua pessoa (como se fôssemos nós mesmos narradores). Vai ser justamente neste exato momento de certeza e verdade que o narrador nos surpreenderá com suas reviravoltas, nos lançando na incerteza, no falso - e então nos vemos tão suscetíveis quanto a personagem, como se nós mesmos fôssemos narrados. Já em senhorita Else, a proximidade da primeira pessoa vivida na carne nos conduz justamente a uma constante busca por distância, o tempo todo como não querendo acreditar no que está acontecendo, numa agonia pela busca da reviravolta mágica de algum narrador distante que nunca chegará em momento algum. Neste caso, nos sentimos como a personagem

14

e não há nada que possamos fazer. Se a “distância” narrativa de Aurora cega o leitor na constante busca por “proximidade”, sendo assim surpreendido a todo instante, é a “proximidade” narrativa de Senhorita Else que cega o leitor diante da constante busca por “distância”, sendo assim surpreendido pelo óbvio. O óbvio, em Senhorita Else torna-se estranhamente inimaginável, oculto; em Aurora é o inimaginável, o oculto que se torna estranhamente óbvio. O “imprevisto do óbvio” e o “óbvio do imprevisto” enquanto problemática literária em Schnitzler atua um pouco como o defunto narrador e o narrador defunto de Machado de Assis, ou, melhor seria, de Brás Cubas. É uma problemática lingüística, ou melhor, ideológica no mais belo que a expressão pode significar. Se a vulnerabilidade psíquica do tenente Willie Kasda passa pela dificuldade de lidar com o “óbvio do imprevisto”, a vulnerabilidade de Else passa pela sua dificuldade de lidar com o “imprevisto do óbvio”. Muda, talvez, o ponto de vista em relação à narrativa, mas as duas situações significam, de fato, uma só, alternando a todo instante. Uma está presente na outra. Na prática (no afetivo), o óbvio é tão imprevisto para Else quanto o imprevisto é óbvio para Willie. A maestria de Schnitzler encontra-se na capacidade artística (narrativa) de reproduzir esta afetividade, despertando no leitor o sentimento de vulnerabilidade de seus personagens, e então, nós mesmos, nos identificamos com a personagem, como se fossemos a própria personagem. A crítica de Schnitzler ao tomismo (e aqui sempre sustentando a hipótese do pensamento de Tomás de Aquino ser, nas sociedades burguesas, uma proposta político ideológica capaz de combinar autoritarismo, absolutismo afetivo, idealismo, racionalismo determinista, perfeccionismo, puritanismo, essencialismo, etc) passa por essa fusão do leitor com a obra. O despertar da vulnerabilidade no leitor significa colocar o absolutismo do mesmo em crise, é a potência de fazer sofrer, como um suspiro de morte, um grito de humanidade.

A comparação narrativa de Schnitzler com a linguagem cinematográfica, seja enquanto discurso burguês, assim como, enquanto discurso da modernidade, torna-se interessante. Não é por acaso que tantas obras suas foram adaptadas para o cinema. Senhorita Else também ganhou a sua adaptação em 1931, em Berlim. Também não podemos esquecer da adaptação da novela “Breve Romance de Sonho”, último filme de Stanley Kubrick. O “fazer sofrer”, o “tornar vulnerável” encontram-se circunscritos neste discurso, assim como em todo discurso moderno. É o que faz de Schnitzler um guerreiro da paixão.

Compreender a contradição deste discurso de modernidade é nossa tarefa enquanto cientista social: ao mesmo tempo em que nos deparamos com um poder de crítica muito grande, de uma potência humana de questionamento (afetivo) da fantasia do invulnerável, do absoluto, do perfeito, do puro e do pleno – e aí o “fazer sofrer” surge, como Schnitzler sugere, como um movimento humano por excelência, como crítica do veredicto determinista dos seres e das coisas – nós

também nos deparamos com uma potência conservadora de imobilidade, de não-questionamento, senão pelo contrário, de total paixão ludibriar – e aí o “fazer sofrer” surge como a imobilidade guiada pelo medo de ser vulnerável, assumindo, muitas vezes a própria fantasia da invulnerabilidade. Não percebem, pois, como são mais vulneráveis ainda, na sua utopia de invulnerabilidade. Não é por acaso que a obra de Schnitzler causa um terrível medo para todos que sustentam a tribuna da eternidade. Eles têm medo de mudar, medo da crise, medo da morte, medo do amor.

Assim, em Senhorita Else, a narrativa envolvente em primeira pessoa parece anunciar a existência de um uma multiplicidade de pessoas, (re)velando principalmente aquela que escapa da razão, que se esconde no discurso, mas que de repente escapa de novo, de maneira indireta, dando uma pista falsa, confundindo-nos, apesar de sabermos o tempo todo o que vai acontecer. Tudo é constantemente um estado de (des)cobrimento do “óbvio ululante”, tomando emprestada a expressão de Nelson Rodrigues para designar o óbvio oculto que a qualquer momento ulula, pulula, saltando diante dos nossos olhos quando não podemos enxergá-lo, mas senti-lo (daí a rica expressão de Nelson ao usar o verbo ulular, aludindo ao uivo, ao som, ao grito, impossível de ver, mas que todos enxergam no sentir). O óbvio ululante é a música da multidão, o grito uníssono e espontâneo dos arquibaldos e geraldinos que existem dentro de nós mesmos. A literatura moderna de Schnitzler é espontaneamente audiovisual pela sua capacidade de “fazer sofrer”. Em suma, Senhorita Else representa aquilo que poderíamos chamar de um “mar de ideologia”. Não que tudo não seja (pois tudo sempre é um mar de ideologia!), mas a sensação que nos dá é que Schnitzler conseguiu reproduzir na sua obra um oceano (quer dizer, não que tudo também não seja um oceano...), enfim, Schnitzler conseguiu reproduzir um trabalho literário extremamente rico, construindo brilhantemente o complexo mundo das contradições entre o sentir, o pensar e o agir. Digamos que Schnitzler soube construir um “mar revoltoso”. O envolvimento narrativo da obra de Schnitzler evidencia o *envolvimento do narrativo* de nossas próprias vidas, e este envolvimento remete exatamente à grande força da ideologia que é envolver, às vezes ludibriar, mas que a qualquer momento se transforma, expelindo o grito ululante do óbvio. A ilusão do controle total da vida, dos sentimentos, dos pensamentos, de toda a existência num todo, é a mesma ilusão de controlarmos o mar, este grande mar que é a ideologia. Mas, nós, bem já sabemos pela intuição e pelos afetos, que ninguém controla o mar, mas que nadamos conforme suas correntes, suas ondas: que quem nos navega é o mar e não nós mesmos, como canta Paulinho da Viola.<sup>15</sup>

O outro aspecto que aparece como síntese de nossa análise é a da personagem. Como vimos, os tipos opostos de narrativa entre as novelas Aurora

e Senhorita Else acabam por afirmar uma mesma maneira de lidar política afetiva, calcada no autoritarismo e no absolutismo, assim como na utopia de invulnerabilidade e na vulnerabilidade total. Seguindo o mesmo raciocínio, os tipos opostos de personagem entre as duas novelas, o tenente William Kasda e a Senhorita Else também acabam, pela sua oposição, afirmando uma mesma forma de lidar política afetiva. Seja pela carapaça invulnerável do personagem masculino e tenente, seguro de si mesmo, que a toda hora se remete ao seu autocontrole, ou, seja pela aparente fragilidade transtornada da adolescente senhorita, na sua conturbação de desejos e sonhos. Ambos personagens são constantemente jogados de um lado para outro, da mais vulnerável existência à mais forte de todas as personas, e então Else também se revela a mais promissora das medeias e Willie um romântico basbaque, inseguro, submisso e impotente.

Há uma especialidade, porém, na escolha de Arthur Schnitzler por uma personagem feminina. Este talvez seja o componente mais subversivo de todos. É da existência mulher, o conjunto de contradições, idéias, desejos e afetos de uma mulher - principalmente no que diz respeito a uma senhorita vienense no início do século XX - que deriva toda a necessidade de ruptura e violência deste discurso literário, toda a sua potência contida em cada uma de suas palavras. A existência mulher aparece como um elemento explosivo de ruptura (de amor e morte) privilegiado na obra de Arthur Schnitzler. A sua capacidade de narrar assumindo uma *persona* feminina parece nos dizer exatamente isso, apontando para uma certa potência de amor e morte, de transformação, referente à própria existência mulher. Pois para exercer a feroz modernidade crítica de seu discurso, muitas vezes Schnitzler tinha que recorrer aos afetos femininos. Nem precisaríamos nos reportar para o Império Austro-húngaro, no início do século XX para compreendermos isto. Basta simplesmente olharmos para nossas próprias experiências vividas, para nós mesmos: a mais singela das intuições já revela esta potência crítica de vida.

A mulher, ou melhor, a existência mulher, já é em si uma metáfora mais nítida para uma pulsão de amor e morte, de sofrimento humano, um princípio para a crítica. Existe aí um apontamento significando uma relação com o tempo diferenciada, uma narrativa histórica menos determinista, mais cíclica e dinâmica, de constante transformação, contradizendo as imposições eternas e imutáveis da história linear dos padres, quer dizer, dos homens. A própria gestação, a gravidez, alude para este contato com a morte, alude para esta história de transformações. Da mesma forma, esta concepção de existência mulher contradiz o gozo ereto e linear dos homens e a sua perspectiva ético-finalista, permeada de dualidades entre o “Eu” e o “Outro” que acabam por culminar num constante e exacerbado

15 Da música “Timoneiro”, de Paulinho da Viola e Herminio Bello de Carvalho.



enaltecimento do “Eu”, do homem, quer dizer, dos padres.

A lógica autoritária, esta razão pura e impositiva da ideologia dominante (do excesso de poder auto-investido), guia das mais diversas polícias e repressões, sempre destinou grande parte do seu poder ao (auto)controle da existência mulher, entendida como o lugar do perigo, da desrazão, da incerteza, da contradição, da crítica, da crise. As mulheres sempre foram entendidas como bruxas, como putas, como o diabo encarnado em pessoa, como o pecado, ou ainda, mais contemporaneamente, como o desejo. É importante compreender que este lugar está em todos, na existência de todos, homens e mulheres. Não há espaço aqui para reflexões dualistas. Não falaremos aqui de qualquer biologia que não seja social. Até porque não seria biologia, não seria conhecimento, não seria ciência, ou simplesmente não seria. Devemos enxergar a mulher dentro do homem, e o homem dentro da mulher. Parece óbvio, não? E isso não significa negar a diferença e sim, justamente o contrário.

A leitura de “Senhorita Else” nos transforma na própria Else, nos mergulha nesta existência mulher e catalisa esta potência contida de amor e morte que explode em nós mesmos. Enxergamos cruamente a força misógina e autoritária da ideologia dominante, como atua este grande olho que vêm de fora (que não é nosso!), mas que, ao mesmo tempo, é justamente o que somos, que é o nosso olho que vêm de dentro, e que compreender aquilo que somos é o primeiro passo para deixarmos de sermos. Encontramos tudo isso sintetizado na própria fusão entre autor e obra, entre Schnitzler e Else, que se converte também, pela narrativa em primeira pessoa, na possibilidade de sermos Else. Liquidada-se assim com qualquer dicotomia ou dualidade que parece não conceber a relação entre um homem e uma mulher, senão como isolamento da essência de cada um (como se isso fosse possível!) e esquecendo que todos nós somos mulher, que as existências não são frutos de qualquer essência pré-determinada, de nenhuma retidão misógina enlatada; desconsiderando a obviedade da natureza humana, do universo, de tudo que existe.

A oposição entre a personagem masculina do Tenente Kasda e o personagem feminino de Senhorita Else acaba por significar, como numa semiótica afetiva, o excesso de poder (absolutismo afetivo), seja na sua grandiosa presença, ou na sua eloqüente ausência, e então rompemos com a própria idéia de oposição. Na obra de Schnitzler a política aparece compreendida como a arte do amor e da morte. Um ponto de vista não menos trágico da dinâmica histórica, em Marx.

É dentro desta perspectiva apaixonada que o conhecimento é necessariamente vinculado à estética.

## Referências

BERLINCK, Manoel Tosta. Insuficiência Imunológica Psíquica. *Estados Gerais da Psicanálise*, WEB, 2002.

BLOCH, Marc (1949). *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Étienne

BLOCH, 1993. (Há um outro texto inédito e recentemente encontrado em Moscou, *Les Cahiers Marc Bloch*, Étienne Bloch (org.), Paris, onde o autor trabalha o conceito de *démontage* aplicada a uma estrutura social.)

BOTTOMORE, T. (editor). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BOURDIEU, Pierre. Fieldwork in Philosophy. In: *Choses dites*. Paris, 1987. O texto versa “sobre a oposição entre indivíduo e sociedade”. Também *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A questão social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. *Lo propio y lo ajeno 500 años después: el Oriente perdido* (21, 1989.2), Instituto Ibero-americano da Universidade de Sofia, Tokio, Japão.

\_\_\_\_\_. *Édipo, Sujeito-Rei e self-service normativo*, mimeo., Biblioteca Nacional de Lisboa, 1999. p. 15.

\_\_\_\_\_. Freud, a cultura e a política. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano XV, n. 155, p. 55-65, mar./2002.

\_\_\_\_\_. *Édipo e excesso: reflexões sobre lei e política*. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. Individualismo Fóbico, *Estados Gerais da Psicanálise*, WEB, 2003.

\_\_\_\_\_. *Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo: Escuta, 2005.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gislene. *Emotion in motion*. Universidad Antigua de Oñati, Espanha, 1996. Em português, *Emoção e Política*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1997.

\_\_\_\_\_. Os filhos da Lei. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS/ANPOCS), São Paulo, v. 16, n. 45, fevereiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Iluminismo jurídico e circulação de idéias e livros.

*Discursos Sediciosos*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, ano 5, n. 9/10, 1º e 2º semestres de 2000.

JAMESON. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

FREUD, S. (1900). A interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. IV e V.

\_\_\_\_\_. (1910). Cinco lições de Psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XI.

\_\_\_\_\_. (1915). O inconsciente. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XIV.

GARMENDIA, Guilhermina e SCHNEIDER, Nelly. *Thomas Hobbes y las origenes del Estado burgues*. Buenos Aires: Siglo XXI. 1973.

GAUSS, Marcel. *Une catégorie de l'esprit humaine: la notion de personne, celle de moi*. Revista *Sociologie e Anthropologie*. Paris, 1983. Aborda a distinção entre “sentido do eu” e “conceito de indivíduo”.

GAY, Peter. *Lendo Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

\_\_\_\_\_. *O coração desvelado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 16

\_\_\_\_\_. *O século de Schnitzler (1815/1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KNOX, Bernard. *Édipo em Tebas*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LEGENBRE, Pierre. *O amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmática*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

MARX, Karl. *O capital*. vol. 1, especialmente o cap. XXIV, 1893, várias edições em português.

MORSE, Richerd. *O espelho do próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEDER, Gislene. O pátrio poder e a reforma das leis civis no Brasil. *LCP-Textos para Discussão*, n. 3, junho de 1999.

\_\_\_\_\_. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

\_\_\_\_\_. *El crimen del cabo Lortie: tratado sobre ele padre*. Madrid: Siglo XXI, 1994.

\_\_\_\_\_. Pouvoir Généalogique d l'État. In: *Autorité, responsabilité parentale et protection de l'enfant*. Lyon: Chronicle Social, 1992. (Collection Synthèse)

QUINET, Antonio. O imaginário: narciso e o espelho. In: *Imagem Rainha (parte I) EBP*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Biografia de J. Lacan*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SÁBATO, Ernesto, *O Túnel*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

SANTNER, Eric. *A Alemanha de Schreber: uma história secreta da modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SCHNITZLER, Arthur. *Aurora*. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Senhorita Else*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SÓFOCLES. *Édipo-Rei*. várias edições.

ZIZEK, Slavoj. *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

\_\_\_\_\_. *Eles não sabem o que fazem: análise do sintoma ideológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. *The Frágil Absolute*. London: Verso, 2002. 17

\_\_\_\_\_. *El espinoso sujeto: el centro ausente de la ontología política*. Buenos Aires: Paidós, 2001.

## Resumos

*Nuestra perspectiva es la de profundizar el concepto de “insuficiencia inmunológica psíquica”, tal como fue propuesto por Manoel T. Berlinck. Tomamos como referencia dos obras del escritor vienés Arthur Schnitzler (1862-1931). “Aurora”<sup>1</sup> (1931) es abordada a partir de dos aspectos: 1) la forma como lo inesperado del destino guía al protagonista, Tte. Wilhelm Karda, y, por eso, repleta de vueltas narrativas. 2) el estilo literario del autor; la obra está narrada en la tercera persona del singular por un narrador omnisciente que penetra en los pensamientos y sentimientos del personaje. Ya para la segunda obra, “Señorita Else” (1924), observamos: 1) cómo lo previsible del destino se impone al protagonista y por eso, sin sorpresas para el lector todavía incrédulo con el desenlace del cuento. 2) en el estilo, la obra es narrada en la primera persona del singular y el autor asume la identidad femenina; exponiendo las contradicciones del personaje de dentro (psiquismo) para fuera (conciencia). La obra de Schnitzler refleja todavía en nuestros días el malestar de la modernidad/ post modernidad. El hilo conductor de la trama radica en el autoritarismo afectivo (el afecto es político) y el análisis resalta las relaciones entre psicopatología y cultura, informada pero no sojuzgada por el psicoanálisis y por la psicopatología fundamental.*

**Palabras claves:** Poder teoría política, vulnerabilidad, psicoanálisis, Arthur Schnitzler

1 Gracias a Vinicius Neder, que hoy en día es periodista, por su participación como estudiante de comunicación (Eco-UFRJ) y becario en el proyecto de investigación en el año de 2003.

*Notre perspective est celle de l'approfondissement du concept de «l'insuffisance immunologique psychique » proposée par Manoel T. Berlinck. Nous utiliserons deux oeuvres de l'écrivain viennois Arthur Schnitzler (1862-1931) comme référence. "Aurora"<sup>1</sup> (1931) est basée sur deux aspects: 1) la façon dont l'inattendu du destin guide le protagoniste, le lieutenant Wilhelh Karda, ce qui produit de riches méandres narratifs. 2) Le style littéraire de l'auteur ; l'oeuvre est écrite à la 3e personne du singulier par un narrateur omniscient qui pénètre les pensées et les sentiments du personnage. En ce qui concerne la deuxième oeuvre, nous retenons : 1) la prévisibilité du destin qui s'impose à la protagoniste sans surprises pour le lecteur, mais qui sera néanmoins surpris par la fin de l'histoire. 2) En ce qui concerne le style, l'oeuvre a été rédigée à la 1e personne du singulier et l'auteur assume une identité féminine pour exposer les contradictions du personnage entre l'intérieur (psychisme) et l'extérieur (conscience). L'oeuvre de Schnitzler réverbère jusqu'à nos jours le malaise de la modernité/post-modernité. Le fil conducteur du récit se trouve dans l'autoritarisme affectif (l'affectif est politique) et l'analyse souligne les rapports entre la psychopathologie et la culture informée, mais pas soumise ni à la psychanalyse, ni à la psychopathologie fondamentale.*

**Mots-clés:** Pouvoir, Théorie Politique, Vulnérabilité, psychanalyse, Arthur Schnitzler

<sup>1</sup> Gracias a Vinicius Neder, que hoy en día es periodista, por su participación como estudiante de comunicación (Eco-UFRJ) y becario en el proyecto de investigación en el año de 2003.

*Our perspective is to discuss the concept of "psychic immunological insufficiency," as proposed by Manoel T. Berlinck. The main references for this article are two books written by the Austrian writer Arthur Schnitzler (1862-1931). Night Games<sup>1</sup> is based on two aspects: 1) the way the unexpectedness of fate guides the protagonist, Lieutenant Wilhelh Karda, with numerous reversals in the narrative; and, 2) the author's literary style: the book is written in the third person singular by an omniscient narrator who delves into the main character's thoughts and feelings. In the second book, Fräulein Else (1924), [the basis for the movie Mademoiselle Else] the reader can see; 1) how foreseeable aspects of fate are imposed on the protagonist; the book therefore being without surprises for the reader who remains unconvinced about the outcome of the story; 2) as for style, the book is narrated in the first person singular; the author takes on a female identity and exposes the main character's contradictions from within (mental apparatus) and from without (consciousness). Yet today Schnitzler's works echo discontent with modernity/post-modernity. The central theme of the plots is affectionate authoritarianism (the affect is political), and the analysis presented here*

*brings out the relationships between psychopathology and culture, informed, but not subjugated, by psychoanalysis and fundamental psychopathology.*

**Key Board:** *Power, political Theory, politics, vulnerability, psychoanalysis, arthur Schnitzler*

1 The authors are thankful for the participation of Vinicius Neder, who is now a jornalista and participated as a student (Eco-UFRJ) and scholarship holder in the above-mentioned project in 2003.

**Gisálio Cerqueira Filho**

*Professor associado da UFF; atua no Laboratório Cidade e Poder (LCP/UFF) e no Laboratório de Psicopatologia Fundamental, Psicanálise e Psicossomática (LP3F/UFF/HUAP); membro do Research Committee on Sociology of Law (RCSL/ISA); membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental e membro da Associação Brasileira de Ciência Política; professor titular de sociologia.*

*Rua Bom Pastor, 107 Apto. 901 BL. 1*

*20.521-060 Rio de Janeiro, RJ*

*Tel.: 55 21 2254-6936*

*e-mail: gisalio@superig.com.br*

22

**Marcelo Neder Cerqueira**

*Bacharel em Ciências Sociais pelo IFCS/ UFRJ; bolsista no Projeto "Vulnerabilidade Psíquica, Poder e Teoria Política", no Laboratório de Psicopatologia Fundamental, Psicanálise e Psicossomática da Universidade Federal Fluminense (LP3F-UFF); músico, atua na Oficina do maestro Itiberê Swarg (Pró-Arte) e é professor de violão.*

*Rua Bom Pastor, 107 Bl.1 ap. 901*

*20521-060 Rio de Janeiro R.J.*

*e-mail: mnc@superig.com.br*

*Recebido em 29 de janeiro de 2007*

*Aceito em 27 de março de 2007*

*Revisado em 10 de maio de 2007*